

## **A formalização da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga: uma experiência de comercialização em rede de produtos da agricultura familiar**

**Paulo Cesar de Jesus Santos<sup>1</sup>**

**Marcelo Henrique Pereira dos Santos<sup>2</sup>**

**Paulo José Pereira<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente relato descreve o processo de formalização da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga – Central da Caatinga, como uma rede formada por diversos empreendimentos da agricultura familiar no Território Sertão do São Francisco – Bahia. A experiência aconteceu no período de 2014 a 2016, quando foram realizados encontros formativos com grupos, associações e cooperativas que se identificavam até então como Rede Sabor Natural do Sertão<sup>4</sup>. Nesse processo, a Rede foi institucionalizada e passou a se chamar Central da Caatinga, tendo como objetivo fortalecer e promover o desenvolvimento territorial e sustentável, com ênfase na organização social e econômica. O tema comercialização foi o ponto central do debate, e a informalidade inibia qualquer iniciativa própria, ficando ela dependente de outras entidades para poder agir. Portanto, a formalização foi o principal resultado deste trabalho, sendo instituída em 27 de abril de 2016, estimulando o crescimento conjunto dos grupos produtivos, a troca de experiência e a mobilização da sociedade para o consumo de produtos agroecológicos. Diante disso, a Rede fortaleceu sua articulação em torno de uma multiplicidade de empreendimentos da agricultura familiar, organizações sociais e políticas públicas de geração de renda e desenvolvimento local, além de garantir governança própria para gerir seus próprios projetos.

**Palavras-chave:** central da caatinga; comercialização; rede de cooperação solidária; agricultura familiar.

## **La formalización del Centro de Comercialización de las Cooperativas de Caatinga: una experiencia de comercialización en red de productos de la agricultura familiar**

### **RESUMEN**

Este informe describe el proceso de formalización del Centro de Comercialización de las Cooperativas de Caatinga – Central da Caatinga, como una Red formada por varias empresas agrícolas familiares en el Territorio Sertão do São Francisco – Bahia. La experiencia se desarrolló de 2014 a 2016, en la que se realizaron encuentros formativos con grupos, asociaciones y cooperativas que se identificaron como Rede Sabor Natural do Sertão. En ese proceso, la Rede se institucionalizó y pasó a llamarse Central da Caatinga, con el objetivo de fortalecer y promover el desarrollo territorial y sostenible, con énfasis en la organización social y económica. El tema de la comercialización fue el punto central de este debate y la informalidad inhibió cualquier iniciativa propia, dejándola dependiente de otras entidades para poder actuar. Por lo tanto, la formalización fue el principal resultado de este trabajo, constituyéndose el 27 de abril de 2016, estimulando el crecimiento conjunto de los grupos productivos, el intercambio de experiencias y la movilización de la sociedad para el consumo de productos agroecológicos. Ante ello, la Rede fortaleció su articulación en torno a una multitud de empresas agrícolas familiares, organizaciones

---

1 Mestrando em Extensão Rural (PPGExR) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

2 Professor do Mestrado Profissional em Extensão Rural (PPGExR) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

3 Professor do Mestrado Profissional em Extensão Rural (PPGExR) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

<sup>4</sup> Daqui por diante, a Rede Sabor Natural do Sertão será nomeada como apenas Rede, a fim de fluir o texto.

sociales y políticas públicas para la generación de ingresos y el desarrollo local, además de garantizar una gobernanza propia para gestionar sus propios proyectos.

**Palabras clave:** central da caatinga; comercialización; red de cooperación solidaria; agricultura familiar

## 1 INTRODUÇÃO

A organização produtiva de base familiar e coletiva, por meio de associações e cooperativas da agricultura familiar, tem proporcionado o aumento dos produtos beneficiados, a diversificação e a melhoria na apresentação aos consumidores, com embalagens adequadas, marca e rótulo.

Esse conjunto de fatores, com a necessidade de ter um complemento na renda familiar, tem aumentado o número de agricultores/as que passaram a buscar uma fonte de renda complementar em outras atividades. Com isso, tem sido crescente a implantação de empreendimentos direcionados ao processamento e beneficiamento da produção no meio rural, as agroindústrias familiares (Wesz Junior, 2009).

Na Bahia, 13% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem agroindústrias rurais. A produção agroindustrial, quando ligada à agricultura familiar, é de pequena a média escala, podendo ser direcionada tanto para o autoconsumo como para a comercialização, destinando-a para a venda principalmente em cadeias curtas, uma vez que as exigências para legalização (fiscalização da sanidade agropecuária, selos de diferenciação, mecanismos de certificação, etc.) e formalização impossibilitam o acesso de agricultores familiares a mercados institucionais e a outros mais distantes (Fortini; Sette; Santos, 2021).

Esse processo de organização da produção, em sua maioria proporcionado pela implantação de agroindústria familiar no meio rural através de órgãos públicos e privados, tem gerado um outro gargalo no que se refere à comercialização. Historicamente, esse público aprendeu a produzir para o próprio consumo e vender apenas o excedente, seja em feiras livres ou aos atravessadores que compram seus produtos por preços abaixo do mercado para fazer a revenda. Quando esse modo de produção é alterado, seja pela chegada de uma agroindústria para beneficiar a matéria prima ou pela própria melhoria na apresentação do produto para agregação de valor, o modo tradicional é modificado, exigindo das famílias outras estratégias de produção e vendas dos seus produtos.

Diante dessas questões, a criação da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga – Central da Caatinga surge como uma estratégia de promoção e escoamento dessa crescente oferta de produtos de base familiar e comunitária no Território Sertão do São Francisco (TSSF) no Estado da Bahia, além de ser uma referência na comercialização e consumo de produtos agroecológicos da agricultura familiar.

As redes de cooperação solidária têm a missão de fortalecer a promoção do desenvolvimento territorial e sustentável, com ênfase na organização social e econômica. Portanto, qualificar a compreensão da Teoria Ator Rede pode ser oportuno para construção de inovações sociais e organizativas para o Agricultura Familiar (Zanco; Corbari; Alves, 2018).

O objetivo deste relato é registrar a formalização da Central da Caatinga como uma rede de promoção e comercialização dos produtos da agricultura familiar no TSSF – BA, ou seja, uma junção de associações, cooperativas e grupos informais de agricultores/as criada para atender uma demanda crescente de comercialização dos produtos de base agroecológica e familiar.

## 2 METODOLOGIA

Para execução da pesquisa, o método utilizado foi um relato de experiência sobre a formalização da Central da Caatinga, localizada no município de Juazeiro-BA, uma rede formada por diversos empreendimentos da agricultura familiar para ser uma referência na comercialização de produtos agroecológicos no TSSF. A execução da proposta foi baseada em encontros e oficinas realizados junto ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e associações e cooperativas que atuam nesse território e que já se auto-identificavam como Rede Sabor Natural do Sertão (RSNS)<sup>5</sup>.

Até chegar na formalização e criação atual da Central da Caatinga, muitos passos foram dados, fazendo-se necessário compreender como aconteceu esse processo de formação, resistência e persistências dos grupos, associações e cooperativas que começam a se organizar no formato de Rede desde o ano 2000, por meio do trabalho do IRPAA nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, se expandindo pelo TSSF posteriormente. O objetivo inicial era articular as famílias em torno do processamento do umbu, uma fruta nativa da caatinga com produção abundante nessa região. Um dos resultados desse trabalho foi a criação da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), cooperativa referência no beneficiamento e comercialização de produtos derivados do umbu.

O IRPAA é uma organização da sociedade civil organizada, não governamental e sem fins lucrativos, regida juridicamente por uma associação com representações das dioceses, dos agricultores/as e de lideranças regionais, que a princípio se nutre das experiências e dos modos de vida das comunidades rurais. O IRPAA formulou uma proposta diferente para essa região a partir do conhecimento local, identificando as potencialidades e as fragilidades, aprendendo com a natureza a lidar com as situações adversas de oscilações climáticas, respeitando as especificidades locais, valorizando a cultura de um povo forte e resistente, povo de muita fé e crença, que mesmo com o acentuado êxodo rural, ainda tem esperanças de dias melhores no campo (Costa, 2017).

A Rede Sabor Natural do Sertão surgiu em 2004 como resultado da articulação entre diversas entidades, no intuito de fortalecer o processo de produção e comercialização dos empreendimentos da agricultura familiar e comunidades tradicionais localizadas no semiárido nordestino. A ideia de criação de uma marca que fortaleça e dê visibilidade aos produtos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais possibilita a ampliação da sua inserção no mercado (Silva, 2011 p. 43).

O formato organizacional da então RSNS não era autônoma, dependiam da articulação e apoio financeiro do IRPAA para se reunir e planejar suas ações, algo que foi perdendo o sentido ao longo dos anos. Foi então que se deu início a um processo de discussões com as associações, cooperativas, grupos informais e entidades parceiras para pensar em um novo formato de rede que fosse capaz de gerenciar uma estrutura jurídica para comercializar os produtos da agricultura familiar.

Por isso, o recorte temporal ao qual se refere esse relato de experiência é de 2014 a 2016, período em que aconteceram várias reuniões, formações e intercâmbios para só então, formalizar e criar a Central da Caatinga.

---

<sup>5</sup> Como mencionado no resumo, a Rede Sabor Natural do Sertão será tratada apenas como Rede, ou por sua sigla (RSNS).

As estratégias utilizadas nessa experiência foram reuniões com os representantes das associações, cooperativas e grupos informais para tratar sobre a formalização da Rede, aproveitando os projetos de assessoria técnica executados pelo IRPAA no território, o qual promovia, entre outras ações, encontros coletivos para capacitar os empreendimentos sobre organização da produção e acesso a mercados.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência relatada ocorreu no período em que eu, Paulo Cesar, trabalhava como colaborador técnico do IRPAA, assessorando os empreendimentos que faziam parte da então Rede Sabor Natural do Sertão. As atividades aconteciam tanto nas comunidades quanto nos municípios do território e tinham como objetivo discutir a parte organizacional, a melhoria do processo produtivo e o acesso a mercados, além da obtenção de políticas públicas como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O encontro que marcou o início dessa mudança no formato da RSNS, que passou a se chamar Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga — Central da Caatinga, aconteceu em novembro de 2014 no município de Uauá-BA (imagem 1). Na ocasião estiveram presentes 22 representantes dos empreendimentos, entidades parceiras e representantes de órgãos públicos com o objetivo de avaliar a atuação da Rede e promover a troca de experiências entre os participantes do encontro. Buscou-se entender o formato organizacional, como estava posto, dando início às discussões em torno da sua formalização.

Imagem 1 - Registro da primeira reunião para tratar sobre a formalização da Central da Caatinga. Atividade realizada no município de Uauá-BA em 2014.



Fonte: Arquivo dos autores (2014).

Enfatizou-se a necessidade de autonomia da Rede, a sua formalização como pessoa

jurídica e a expansão da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Para isso, buscou-se entender como funcionam outras redes que já existem na Bahia, a exemplo da Arco Sertão de Serrinha (Território do Sisal - BA) e a Rede Gavião da Região Sudoeste da Bahia, e realizou-se um planejamento de atividades com encontros e intercâmbios para prosseguir com a proposta de formalização. Em alguns momentos, discutiu-se as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos na comercialização dos seus produtos e a necessidade de uma assessoria técnica especializada para orientar sobre o aperfeiçoamento da produção e as estratégias de vendas.

A partir daí, outros momentos formativos foram acontecendo no território, inclusive com a presença de um representante da Central do Cerrado que veio compartilhar o formato e as experiências já vivenciadas. Trata-se de uma central de cooperativas com sede em Brasília, DF, que reúne diversas organizações comunitárias, as quais desenvolvem atividades produtivas e comerciais a partir do uso sustentável do Cerrado.

Representando o IRPAA, com um membro da COOPERCUC e um funcionário da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública pertencente à administração indireta do Estado da Bahia, formou-se uma comissão para visitar as associações e cooperativas do território e dar continuidade ao processo de formalização da Rede. Como resultado da ação dessa comissão, surgiram novas cooperativas e outras foram regularizadas, além de dois projetos elaborados e aprovados para apoiar as formações e estruturação dos empreendimentos, o Projeto Semear e o Projeto Ecoforte, ambos executados pelo IRPAA e coordenados por mim como representante da instituição.

A mudança do nome e formato da então Rede Sabor Natural do Sertão para a atual Central da Caatinga aconteceu por algumas questões específicas, entre elas o próprio nome. A palavra “sertão” já não era um termo usado pelos empreendimentos e entidades parceiras para se referir a essa região do nordeste, usa-se agora o termo semiárido brasileiro. Outro fator determinante foi a necessidade de uma estrutura formalmente constituída. O tema da comercialização era o ponto central deste debate, sendo observado que a informalidade da RSNS inibia qualquer iniciativa própria, ficando ela dependente de outras entidades para poder agir. Para ajudar nesta reflexão, foram realizados alguns intercâmbios com outras redes já formalizadas, tais como a Arco Sertão e a Rede Gavião, com recurso do Projeto Semear. Posteriormente, com a chegada do Projeto Ecoforte em 2015, foi possível continuar o processo da estruturação inicial da Rede, rumo à formalização, o que possibilitou, por exemplo, alugar um espaço físico para ser o primeiro ponto de exposição e venda dos produtos dos empreendimentos na cidade de Juazeiro – BA.

A Central da Caatinga foi o resultado deste processo, sendo constituída em 27 de abril de 2016, passando a ter personalidade jurídica, podendo assim concorrer a chamadas públicas voltadas para comercialização dos produtos de seus empreendimentos, além de concorrer a projetos sociais que venham fortalecer os trabalhos desenvolvidos em rede.

De acordo com seu estatuto social, a Central da Caatinga tem por objetivo o comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio varejista de hortifrutigranjeiros, varejista de mercadorias com predominância de produtos alimentícios, minimercados, mercearias e armazéns, serviços de alimentação para eventos e recepções, bufê, comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, além de atividades profissionais, científicas e técnicas rurais como serviços de agronomia, consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, dentre outras.

Já formalizada, a Central da Caatinga se articula com outras redes, como relata Anjos *et al* (2020, p. 97):

“em relação à articulação em rede, as organizações do Sisal demonstram uma grande sintonia nesta prática. Das 29, 22 (75,9%) participam de algum tipo de rede. As mais citadas são as articuladas pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (Aresol), Central da Caatinga, Central das Associações Comunitárias, Rede Produtora da Bahia, [...]” (2020 p. 97).

Alguns incentivos de fortalecimentos das redes territoriais vêm sendo realizado pelo Governo da Bahia através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Em 2018, foi lançado um edital no valor de R\$ 60.000.000,00 pelo Governo Estadual, para apoiar parcerias comerciais de agricultores familiares e suas organizações, denominado Alianças Produtivas Territoriais (APT). Um dos seus objetivos é estimular à formação de redes territoriais de empreendimentos da agricultura familiar. Os beneficiários desses editais foram restritos às cooperativas singulares ou centrais de cooperativas, que deveriam constituir redes nos territórios de atuação para ampliar e estimular o acesso e a participação em novos mercados, além de captarem novas oportunidades de negócios (CAR, 2018).

Para Silva (2011 p. 34), a ação das organizações sociais e o apoio das políticas públicas são fundamentais para a consolidação das redes de economia solidária e para o apoio a processos de construção de novas práticas que caminhem no sentido do desenvolvimento local, possibilitando ambientes propícios à troca de experiência e à construção de estratégias de atuação capazes de impactar na mudança das condições de vida das populações locais.

As redes territoriais podem apresentar uma saída para os empreendimentos mais fragilizados, tornando-se um apoio direto na organização da produção e acesso aos diversos canais de comercialização disponíveis na região. Outro fator importante das redes é a articulação em torno da economia solidária e do comércio justo, o que estimula um crescimento conjunto dos grupos produtivos, a troca de experiência e a mobilização da sociedade para o consumo de produtos agroecológicos.

Nessa perspectiva, o relato de experiência enfatiza a formalização da Central da Caatinga como uma grande estratégia necessária para fortalecer as associações, cooperativas e grupos informais da agricultura familiar no TSSF, contribuindo para os processos de organização da produção, ampliação dos mercados e acesso a recursos públicos que impulsionem e empoderem a articulação em rede, a geração de emprego e renda no campo e o consumo consciente de produtos agroecológicos pela população.

Imagem 2 - Armazém da agricultura familiar de Juazeiro-BA, administrado pela Central da Caatinga com os produtos dos empreendimentos que compõem a Rede.



Fonte: Arquivo dos autores (2023).

O Armazém da Agricultura Familiar (imagem 2) é hoje o principal canal de comercialização usado pela Central da Caatinga no TSSF. É também uma vitrine do potencial produtivo agroecológico e da força organizacional que a Rede adquiriu através do processo de formalização como Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a experiência descrita, observou-se que a união dos empreendimentos da agricultura familiar em formato de Rede como estratégia de fortalecer as articulações em torno de uma multiplicidade de grupos, associativas e cooperativas, estimulada por organizações sociais e políticas públicas de geração de renda e desenvolvimento local é algo que vem acontecendo ao longo do tempo.

No entanto, a institucionalização dessas redes, com CNPJ e diretoria, surge como uma necessidade de governança própria dos empreendimentos para gerenciarem seus próprios projetos e anseios, além de fortalecer a comercialização dos seus produtos, sendo esse o principal desafio enfrentado pela maioria dos empreendimentos, tanto no acesso aos mercados consumidores, tanto na manutenção da regularidade e qualidade da produção.

A formalização da Central da Caatinga contribuiu para seu fortalecimento como rede, potencializou a comercialização dos produtos da agricultura familiar e aumentou a capacidade produtiva dos empreendimentos, contribuindo para a geração de renda no campo, o envolvimento dos jovens, o empoderamento e o protagonismo feminino nas comunidades. Aliada a instituições públicas e privadas, potencializou a capacidade de captação de recursos por meio de projetos sociais, fundamentais para viabilizar as ações de formação, o acompanhamento, a estruturação dos grupos produtivos e o acesso a novos mercados.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliene Gomes, *et al.* Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, RS, Vol. 7, N° 14, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41123/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CAR. Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional. **Edital de chamada pública n. 10/2018**. [Seleção de subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais]. CAR: Salvador, 2018.

CENTRAL DA CAATINGA. **Estatuto Social da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga**. Aprovado em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2016.

COSTA, Tiago Pereira. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **REVASF**. vol. 7. n. 12. 2017. Disponível em: <<https://irpaa.org/publicacoes/artigos/1075-4041-1-pb.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2023

FORTINI, Rosimere Miranda; SETTE, Ana Beatriz Pereira; SANTOS, Elizângela Aparecida. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado da Bahia** [recurso eletrônico]: a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021.

SILVA, Débora Rodrigues. **Redes de economia solidária e comércio justo: O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) no Semi Árido Baiano**. Orientador: Prof. Dr. Genauto França Filho. 2011.98 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19629/1/Silva%2c%20D%2c%20a9bora%20Rodrigues%20da.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural. **Mundo agrário**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 1-25, 2009.

ZANCO, Alcidir Mazutti; CORBAR, Fábio; ALVES, Adilson Francelino. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB. Corumbá, n. 24. 233-250. jan./jun. 2018.